

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-15

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Pinto, P. T., Pereira, P. M. & Delgado, J. P. (2018). Raul Lino – Nacionalismo e as tangências com Cassiano Branco. In Paula André dos Ramos Pinto (Ed.), *Colóquio Internacional: Celebrando A Nossa Casa (1918-2018) de Raul Lino*. (pp. 44-63). Lisboa: Dinâmia/CET-IUL.

Further information on publisher's website:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16744>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Pinto, P. T., Pereira, P. M. & Delgado, J. P. (2018). Raul Lino – Nacionalismo e as tangências com Cassiano Branco. In Paula André dos Ramos Pinto (Ed.), *Colóquio Internacional: Celebrando A Nossa Casa (1918-2018) de Raul Lino*. (pp. 44-63). Lisboa: Dinâmia/CET-IUL.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Raul Lino – Nacionalismo e as Tangências com Cassiano Branco.

Paulo Tormenta Pinto

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
e DINAMIA-CET/IUL
paulo.tormenta@iscte-iul.pt

Paulo Manta Pereira

Câmara Municipal de Lisboa
e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
paulo.manta.pereira@gmail.com

João Paulo Delgado

Universidade da Beira Interior
e CEAU/FAUP,
jpdeldgadoarq@gmail.com

Resumo

Este Artigo promove uma relação entre a obra de Raul Lino e a obra de Cassiano Branco, considerado como o mais arrojado arquiteto do grupo dos pioneiros modernos. A partir de ‘A Nossa Casa’, é abordada a relevância de Raul Lino na construção de uma linha identitária da arquitetura portuguesa que se estabelece no seio do idealismo nacionalista. O artigo está dividido em três partes. A primeira, aborda a partida de Raul Lino para Inglaterra, em 1890, no mesmo ano do ‘traumático’ *Ultimatum* Britânico que coloca em causa a estabilidade o Tratado Anglo-Português de 1373. A segunda parte corresponde à leitura de *A Nossa Casa* (1918) no período sidonista e de *Casas Portuguesas* (1933) na aurora da constituição estado-novista. A terceira parte corresponde à identificação de tangências entre Raul Lino e obra de Cassiano Branco, neste campo será feita uma abordagem à revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, e a alguns projetos onde a presença de Lino se evidencia, como é o caso enfase como é o caso do Portugal dos Pequenitos em Coimbra.

Palavras-chave

Raul Lino, A Nossa Casa, Casas Portuguesas, Cassiano Branco

1. Enquadramento de Raul Lino e o acerto da sua base conceptual com as dinâmicas internacionais da época.

Raul Lino nasceu no último quartel de oitocentos e a sua formação como pessoa humana e arquiteto é indissociável do cadinho de circunstâncias que experienciou. Pois segundo Ortega y Gasset (1883-1955), autor que o arquiteto cita não de somenos na sua narrativa, “Toda a vida é encontrar-se dentro da «circunstância» ou mundo.”¹ Fundacional é nessa perspetiva o pensamento de António Sérgio (1883-1969), segundo o qual “fadados à sina de transpor limites, tivemos um carácter universalista pela nossa ação no mundo físico: está na índole da nossa história que o tenhamos também no mundo moral”².

Carácter consubstanciado na própria casa que Raul Lino projetou para o pedagogo na travessa do Moinho de Vento à Lapa, em Lisboa (1925), na conformação equilibrada de uma arreigada tradição portuguesa de continuidade entre arquitetura e meio. Particularidade universalista de gesta lusa bem presente na construção dos territórios ultramarinos, assim como na “campanha,” demandada a partir de 1900 em obra de arquitetura e desde 1918 na pedagogia inscrita em *A nossa Casa*.

Segundo José Augusto França, “entender as razões ideológicas de Raul Lino (que foram as de homens como Afonso Lopes Vieira ou como António Sérgio e para ambos trabalhou) leva a mais bem situar «o nacionalismo» português, desde 90.”³ Filiação incompatível com o panteísmo Pascoalino e a nebulosa messiânica da saudade sebastianista em que ainda se pretende situar – erroneamente julgamos – o esclarecido e luminoso intuito do arquiteto. Determinante para a sua compreensão foi o *Ultimatum* britânico de 1890 sobre a pretensão portuguesa de exercer a soberania dos territórios entre Angola e Moçambique, que mergulhou a já de si débil monarquia constitucional numa crise irreversível e o sentimento pátrio em depressão profunda.

Naquele mesmo ano de 1890 e fruto da prosperidade do negócio familiar de materiais de construção, Raul Lino frequentaria um esmerado plano de estudos anglo-germânico delineado pelo seu pai “por sugestão de Joaquim Bensaúde”⁴, seu cliente, amigo e melómano também no círculo wagneriano de Sintra. Formação estranha ao escol francófono das *beaux-arts* onde assentou o ramo da Academia Nacional de Belas Artes (1836), que o então menino de dez anos frequentou na Saint James Roman Catholic School⁵, nos arredores de Windsor, em Inglaterra (1890-1893).

¹ José Ortega y Gasset, **A Rebelião das Massas**, trad. Artur Guerra (Lisboa: Relógio d'Água, 2007), 61. 61. Termo e autor que Raul Lino cita frequentemente, destacando-se o estudo que apresentou no Museu Nacional de Arte Antiga (16-04-1951) e na escola Superior de Belas artes do Porto (11-05-1951). Raul Lino, **Arte, Problema Humano: a propósito da sede da O.N.U** (Lisbon: Valentim de Carvalho, 1951), 45.

² SÉRGIO, António - **Breve interpretação da história de Portugal**, 11.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988. [ed. or., Zaragoza, 1929]

³ Palavras escritas no rescaldo da polémica que sobreveio da exposição retrospectiva da obra de Raul Lino na Fundação Calouste Gulbenkian em 1970 cf. França, José-Augusto, Raul Lino Relido, in **Diário de Lisboa** (26 Nov. 1970).

⁴ Diplomado em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico de Hanôver, a sua influência foi determinante na escolha do percurso discente de Lino. José-Augusto França, “Raul Lino – Arquitecto da Geração de 90”, in **Raul Lino: Exposição retrospectiva da sua Obra**, org. Pedro Vieira de Almeida et al. (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970): 78.

⁵ Informação confirmada na análise de quatro documentos escolares numerados (Armário 26, n.º 4, 5, 6 e 11), datados entre 1891 e 1892, existentes no arquivo da família de Raul Lino. O Colégio *Saint James Roman Catholic School* no condado de Slough, em Buckinghamshire, funcionou entre 1830 e 1907 sob a orientação de William e James Butt.

No harmonioso entorno da *Baylis House* onde estava instalado o colégio “incutiram[-lhe] o «self-respect», o respeito pelo próximo, a noção de retidão”⁶ e na solidão do internato, Raul Lino desenvolveu competências reflexivas inatas e intrínsecas à articulação da sua ulterior narrativa. Plausível é na circunstância inglesa finissecular de oitocentos a sua contaminação pelo influxo *Arts and Crafts*, todavia o seu desenvolvimento consciente acontecerá em Hanôver, onde chegou em 1893, com treze anos, pela mão de seu pai. O trânsito europeu do jovem estudante parece antecipar a sediação dos fluxos artísticos no *fin de siècle*, que segundo Nikolaus Pevsner se deslocavam da Inglaterra para a Alemanha⁷.

“Por então, estudava-se para arquiteto, como para pintor ou escultor, em cursos livres. Frequentei durante quatro anos uma escola de artesanato e artes e ofícios (*Handwerker und Kunstgewerbeschule*), assistindo a aulas teóricas no Instituto Superior Técnico (*Technische Hochschule*), acumulando estas atividades com a prática, durante dois anos, no «atelier» do prof. A. Haupt, como voluntário”.⁸

Na prática tutelada pelo seu professor e mestre em contexto de ateliê (1895-1897), Raul Lino contacta fontes da sua investigação de doutoramento na arquitetura do renascimento em Portugal⁹. Distante da circunstância que a conforma e justifica e na reinterpretação descontextualizada de estruturas que lhe são próprias, apreende aquela que será a estrutura da organização do espaço da sua arquitetura doméstica.

Com dezoito anos incompletos no ano de 1897 e na deprimida conjuntura do pós-*Ultimatum* Britânico (1890), Raul Lino regressa a Portugal determinado a reagir, segundo o próprio “contra a corrente de banalidade e de estrangeirismo que há muito nos [invadira].” [Pessanha, 1902]

Intuito revigorado junto do pianista tangerino Alexandre Rey Colaço (1854-1928), “o melhor guia espiritual que se lhe poderia ter oferecido,”¹⁰ entre outros artistas e intelectuais de formação germânica que frequentam o seu círculo wagneriano.¹¹ “Na ambiência daquela casa”¹², encontrou campo fértil para o cultivo do espírito e incentivo no entendimento sincrético da *Gesamtkunstwerk* (obra de arte total) de aroma português. A fragrância de um *fado hilário* (n.º 3) entre outros que Rey Colaço transcreveu para a escrita pianística é culta expressão desse desígnio, que foi também o de Raul Lino no domínio plástico da arquitetura.

⁶ LINO, Raul - “Raul Lino visto por ele próprio.” *Vida Mundial*, nº 1589, 1969. P.28.

⁷ PEVSNER, Nikolaus - *Os Pioneiros do Desenho Moderno: Uma história do desenho aplicado e das modernas tendências da arquitetura desde William Morris a Walter Gropius*, Tradução de J. P. Monteiro. Lisboa: Rio de Janeiro, Ulisseia, 1962. [or. ed., London, 1936]

⁸ Ibid, p.29.

⁹ PEVSNER, Nikolaus - *Os Pioneiros do Desenho Moderno: Uma história do desenho aplicado e das modernas tendências da arquitetura desde William Morris a Walter Gropius*, Tradução de J. P. Monteiro. Lisboa: Rio de Janeiro, Ulisseia, 1962 [or. ed., London, 1936]

¹⁰ LINO, Raul - “Arquitectura, Paisagem e a Vida”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-3, Lisboa, 1957, p.8.

¹¹ Na residência de Alexandre Rey Colaço “Além de artistas de todos os campos – músicos, pintores, actores – e dos mais dedicados discípulos, víamos ali também frequentemente homens de boa sabedoria daquela época: Jaime Batalha Reis (...) Manuel de Oliveira Ramos (...) Agostinho de Campos (...) Alfredo Bensaúde (...) António Arroio (...) Afonso Lopes Vieira”. cf. Ibid. 9-10

¹² Ibid, p.11

De 1897 ao dealbar do novo século e na companhia de Roque Gameiro (1864-1935), Raul Lino calcorreou o país de Norte a Sul e assim “comple[tou] o [s]eu curso livre autodidaticamente.”¹³. Na percepção daquele Portugal telúrico – cujas primeiras impressões havia intuído nos “desenhos de viagem” de Haupt em Hanôver (1895-1897) – e com maior enfoque a Sul, apreendeu *in situ* estruturas da tradição, “valores-de-habitar”¹⁴ e “estilo[s] de vida”¹⁵ significantes para a construção de uma linguagem de inefável gramática portuguesa. Concebido como prova final do seu curso livre de arquitetura, Raul Lino apresentou em 1899 ao júri do concurso do pavilhão português para a Exposição Internacional de Paris (1900), uma síntese de Paço quinhentista do Sul: “um atrevimento (...) inspirado em estilos de várias épocas combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa, em que sobressaíam reminiscências amouriscadas do nosso Alentejo”.¹⁶

Toda a obra de Raul Lino – em particular entre as primeiras quatro casas marroquinas¹⁷, a Silva Gomes (1900), Monsalvat (1901), O'Neill (1902-1918) e Vila Tânger (1903), passando por duas Lisboetas de Ressaniano contexto, como a Ribeiro Ferreira (1904) e a Elisa Vaz (1912), com zénite no Cipreste (1912-1914) – é expressão proporcionada daquela primeira casa do Sul.

Motivo maior na organização do espaço da sua arquitetura doméstica, como confessou a Pedro Vieira de Almeida nas vésperas da exposição retrospectiva da sua obra na Gulbenkian (1970), foi “a eliminação do corredor e a sua substituição por quaisquer divisões adequadas a estabelecer ligações entre as partes da habitação.”¹⁸

Concentrou-se nesta primeira dúzia e meia de anos do século XX, uma proposição que citando as próprias palavras do arquiteto entendemos de “sonho e poesia”¹⁹. Estava, todavia, destinado a reduzir-se o signo de encantamento desta primeira e luminosa proposição, à mercê da conjuntura. Os nacionalismos esboçavam-se desde o *Ultimatum* britânico (1890) entre a tendência republicana e cesarista²⁰ e afirmaram-se, respetivamente, na implantação da República (1910-1926), e na ditadura militar de Sidónio Pais (1917).

¹³ LINO, Raul - “Raul Lino visto por ele próprio.” *Vida Mundial*, nº 1589, 1969. p. 29.

¹⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira de - “Raul Lino – Arquiteto moderno,” in *Raul Lino: Exposição retrospectiva da sua Obra*, organização Almeida, Pedro Vieira de; Carvalho, Manuel Rio de; França, José Augusto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p.130.

¹⁵ LINO, Raul - “Arquitectura, Paisagem e a Vida”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-3, Lisboa, 1957. p.19

¹⁶ LINO, Raul - “Raul Lino visto por ele próprio.” *Vida Mundial*, nº 1589, 1969. p.29.

¹⁷ ALMEIDA, Pedro Vieira de - “Raul Lino – Arquiteto moderno,” in *Raul Lino: Exposição retrospectiva da sua Obra*, organização Almeida, Pedro Vieira de; Carvalho, Manuel Rio de; França, José Augusto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p.138.

¹⁸ LINO, Raul - “Para o Senhor Arqtº Pedro Vieira de Almeida”, Carta [3 fl]. Acessível na Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Espólio Raul Lino. Lisboa: Av. Berna, 1970.

¹⁹ LINO, Raul - “O Romantismo e a «Casa Portuguesa»”, em *Estética do Romantismo em Portugal: Primeiro colóquio*, 1970. Lisboa: Grémio Literário, 1974. p. 205.

²⁰ Cf. SÉRGIO, António - *Breve interpretação da história de Portugal*, 11.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988. [ed. or., Zaragoza, 1929. p.143-146.

2. A Nossa Casa e Casas Portuguesas entre o sidonismo e o Estado Novo

2.1 Raul Lino entre monárquicos e republicanos

A obra de arquitetura e doutrinação de Raul Lino emerge em Portugal, como doura experiência ética e estética no conflituoso período de questionamento da ordem monárquica, acompanhando a implantação da I República e o surgimento nova ordem estado-novista.

Não obstante Portugal poder ser considerado como Estado-Nação plenamente constituído desde o século XII, as raízes do nacionalismo político e cultural deste território Mediterrâneo e Atlântico podem ser encontradas no século XIX. Ao longo desse século, e após a proclamação da independência do Brasil em 1822, logo seguida pela abolição do comércio transatlântico de escravos em 1836, a exploração dos recursos naturais na África assumiu crescente importância para Portugal. A produção de borracha em Angola e de oleaginosas em Moçambique, juntamente com a plantação de café em São Tomé e Príncipe, geraram importantes receitas financeiras nas décadas de 1870 e 1880²¹, e alguns sectores do espectro político português logo preconizaram para estes rendimentos um papel central na autonomia nacional. Assim, por exemplo, os oposicionistas republicanos ao regime monárquico viram na exploração dos territórios africanos um dos fundamentos para a autossuficiência económica portuguesa, objetivo por muitos considerado crucial para a superação do crónico subdesenvolvimento do país e, cumulativamente, do atávico receio histórico de uma anexação espanhola.

As colónias africanas converteram-se no foco principal de um debate nacional em torno da identidade e do desígnio de Portugal: ocupar e explorar territórios em África tornou-se equiparável à possibilidade de garantir prosperidade interna e relevância externa. O debate coincidiu com aquilo a que se chama *scramble for Africa*, termo utilizado para descrever a repartição dos territórios africanos pelas principais potências europeias, realizada com o objetivo de garantir a exploração intensiva e a colonização extensiva do continente²². Neste contexto, a ambição portuguesa consistia em ligar e em ocupar os territórios entre Angola e Moçambique. No entanto, a aspiração de uma África portuguesa “de costa a contracosta”, delineada no célebre Mapa Cor-de-Rosa, colidia diretamente com os interesses estratégicos da Grã-Bretanha, que procurava um domínio territorial longitudinal e contínuo, “do Cabo ao Cairo”. Deste diferendo resulta o Ultimatum britânico, em forma de memorando enviado ao governo português pelo então Primeiro-ministro Lord Salisbury (1830 - 1903) em 11 de janeiro de 1890, exigindo o retrocesso das intenções portuguesas. Através dessa posição diplomática, a Grã-Bretanha reivindicou – e finalmente conseguiu – o controle de todos os territórios situados entre Angola e Moçambique, isto apesar de estes terem sido considerados como possessões portuguesas pela Conferência de Berlim de 1884.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos historiadores europeus, para quem este incidente é apenas um episódio menor no panorama mais lato do *scramble for Africa*, para os portugueses este incidente é considerado de extrema relevância. Também alguns autores de língua inglesa (Axelson, 1967; Clarence-Smith, 1985; Hammond, 1966;

²¹ Cf. ROSAS, F. - **História a História: África**. Lisboa: Tinta da China, 2018. p. 25.

²² Cf. COELHO, M. T. P. - **Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular**. Lisboa: Cosmos, 1996.

Nowell, 1982) reconhecem que, em Portugal, as consequências das tensões com a Grã-Bretanha foram múltiplas e dramáticas. Em termos políticos, alimentaram as posições do Partido Republicano, para quem a monarquia não seria capaz de defender o país perante os interesses de outras coroas europeias, com quem se aparentava através de laços familiares e se ligava através de alianças geopolíticas. Em última análise, as tensões acabaram por levar à queda do regime, em 1910.

Nos domínios ideológico e cultural, o impasse resultante do diferendo entre Portugal e a Coroa Britânica foi catalisador de uma vasta discussão sobre o sentido da nacionalidade e da identidade portuguesas. Esta discussão teve dois resultados diferentes, um para as colónias ultramarinas e o outro para Portugal continental. Quanto às possessões africanas, a Sociedade de Geografia de Lisboa, como tantos outros congéneres europeus, patrocinou diversas expedições científicas ao continente africano, as quais visavam a realização de estudos antropológicos de comunidades indígenas, como forma de consolidar conhecimento e influência sobre os seus territórios. Na Metrópole, por outro lado, vários artistas e pensadores iniciaram uma investigação acerca do significado de se ser português. Impelidos pela "inspiração liberal" de figuras como Alexandre Herculano (1810-1877), desencadearam um debate coletivo sobre a história nacional, agora encarada enquanto narrativa coesa: uma "marcha heroica rumo à liberdade"²³. Os artistas plásticos, particularmente os pintores românticos, aderiram a esses valores através de representações de paisagens rurais, de batalhas heroicas e de descobertas épicas. Os arquitetos responderam com uma reavaliação e revitalização de estilos arquitetónicos considerados intrinsecamente portugueses, como o Manuelino, o Barroco joanino ou o Pombalino.

Enquanto de um lado se explorava a estranheza do "mundo incivilizado", do outro alimentava-se a nostalgia de uma integridade histórica e identitária a restaurar. No final, essas duas forças convergiram numa revisão dos estilos arquitetónicos. Longe de ser uma especificidade portuguesa, esta ideia foi amplamente explorada noutros países europeus, como se percebe nas exposições universais do final do século XIX, promovendo a definição de um paradigma transnacional para as identidades nacionais²⁴. O embrião desta ideia remonta à chamada Cabana das Caraíbas, apresentada em Londres na Grande Exposição de 1851, e usada por Gottfried Semper em "Die vier Elemente der Baukunst" como base para a sua doutrina arquitetónica. No contexto das exposições de feiras mundiais, marcou o desejo de exibir diversas recriações de tipos de arquitetura existentes, ou mesmo de aldeias inteiras, em busca de lições há muito perdidas. Vários casos servem aqui como exemplo: a "Aldeia Nacional" sueca recriada na Exposição de Paris de 1878; a "Vila Medieval" projetada pelo arquiteto português Alfredo d'Andrade (1839-1915) para a Exposição Geral Italiana de 1884 em Turim; a "Aldeia Alemã" na Feira Mundial de Chicago de 1893; ou a "Aldeia Suíça" construída para a Exposição Nacional Suíça de 1896 em Genebra.

Nesta conjunção, o ano de 1900 foi crítico para Portugal, porque coincidiu com o debate relativo à proposta para o pavilhão nacional na Feira Mundial de Paris. A disputa, digladiada entre artistas e pensadores e com ecos na imprensa nacional, confrontou a

²³ THIESSE, A.-M. - 'National Identities: A Transnational Paradigm' in Dieckhoff and Jaffrelot (Eds.) **Revisiting Nationalism – Theories and Processes**. Paris: Center for International Studies, 2005. p.131.

²⁴ Ibid, p. 122-143.

proposta cosmopolita e "progressista" de Ventura Terra (1866-1919) com o projeto regionalista e "culturalista" de Raul Lino. Se, nesta contenda, a proposta de Lino acabou por ser preterida, a sua conceção – uma composição de fragmentos de diferentes edifícios históricos portugueses – foi de importância crucial para uma ampla campanha abrangente a favor de uma verdadeira "Casa Portuguesa".²⁵

2.2. A Nossa Casa lançado período sidonista

Raul Lino contribuiu com estudos decisivos para clarificar, através do modelo arquetípico da Casa, o sentido identitário de uma arquitetura portuguesa, os quais culminaram com a publicação, em 1918, do livro “A Nossa Casa: Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção de Casas Simples”.

O livro de Lino inclui-se no panorama da intensa atividade editorial que caracterizou os primeiros anos da República, com a publicação de numerosas coletâneas de divulgação, muitas delas de carácter prático. No entanto, logo nas primeiras páginas, Lino adverte²⁶.

Destinado a princípio a fazer parte de uma colecção intitulada “Livros do Povo”, em breve nos convencemos da inutilidade da sua inclusão naquelas edições. O povo em Portugal ou não lê ou conhece apenas uma parte da imprensa diária pouco propensa a questões de cultura espiritual. [...] Entretanto pode e há-de se educar o seu gosto pela exibição das obras acertadas dos que já alguma coisa lêem e pensam. A estes nos dirigimos aqui. [...] Escrevendo para estes, trabalhamos também pela educação do povo, em quem é tam arreigado o espírito de imitação.

O pensamento contido nesta advertência, tal como no resto do livro de Lino, corresponde quase letra por letra à perspectiva que Eduarda Dionísio²⁷ apresenta para as manifestações culturais da Primeira República:

Se é possível distinguir em muitas dessas realizações uma tendência patriótica e nacionalista, logo se descobre noutras (ou até nas mesmas) o peso do “estrangeiro” e de uma visão cosmopolita e até internacionalista. Se é detectável na produção cultural desta época uma vincada dimensão pública, colectiva e até de intervenção, logo nos apercebemos noutras manifestações (e até nas mesmas) de uma forte feição individualista, que vai até a um intimismo extremo. Se muitas das realizações culturais deste período têm um cariz explicitamente popular, ou pelo menos “democrático”, muitas outras mantêm, reforçam e sustentam o seu carácter deliberadamente elitista.

Esta caracterização de uma época, feita de um equilíbrio tenso de intenções duais e contraditórias, pode também corresponder à descrição da Casa Monsalvat, projeto-

²⁵ FIGUEIREDO, R - *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Colibri, IHA – FCSH-UNL, 2007. p.319-366.

²⁶ LINO, Raul - *A Nossa Casa: Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Lisboa: Atlântida, 1918. p. 8-9.

²⁷ Ibid, p.10.

manifesto que Lino assinara em 1901, em que conjugou elementos nacionais e estrangeiros, bem como feições eruditas e populares. Uma casa portuguesa, modesta, mas destinada a um membro da elite cultural nacional, o músico Alexandre Rey Colaço, em que a distribuição nucleada em torno de um átrio, ou hall, à inglesa, incorpora detalhes marroquinos aludindo à genealogia familiar do pianista para quem a casa se destinava. Para além disto ainda: com uma designação de ressonâncias germânicas, uma vez que na mitologia wagneriana Monsalvat corresponde ao castelo do Santo Graal. A óbvia referência à ópera de Wagner confere à casa uma dimensão cosmopolita que de outra forma lhe poderia escapar.

A mesma caracterização de Eduarda Dionísio pode também contribuir para se compreender o meteórico sucesso de Sidónio Pais. Aquele a quem, com frequência, se chamou o Presidente-Rei, apresentou-se entre 1917 e 1918 como o dirigente culto e estrangeirado, Maçon e republicano, que paradoxalmente pretendia – e conseguia – ser amado pelo povo católico e monárquico, maioritariamente analfabeto e atávico. A identificação das massas com o presidente foi tão significativa que se pode dizer, usando a feliz formulação de Maria Alice Samara²⁸ que o “Zé Povinho encontr[ou] um amigo”.

A aspiração à condição de homem providencial, misto de herói wagneriano e de visionário nietzschiano, aquele que indica o caminho e que traz a verdade aos mortais, é um traço comum às personalidades de Raul Lino e de Sidónio Pais, e terá sido, porventura, forjado no contacto que ambos estabeleceram com a cultura alemã. Se Sidónio o usou para delinear uma República Nova – tão nova e original que seria uma “república sem republicanos”²⁹ –, Lino conjecturou uma nova e original arquitetura portuguesa – presumivelmente à revelia dos arquitetos portugueses de então. Para Lino, estes limitar-se-iam a entrar “na cómoda esteira das imitações, que só têm lugar próprio no teatro ou que só se podem admitir em pequenos devaneios de carácter particular”³⁰, divagações cujo exemplo acabado seria o pseudo-chalet, “o mais nefasto de quaisquer estrangeirismos que nos poderia assolar”.³¹ Numa frase caracteristicamente providencialista, Lino exclama: “Abençoada seja a reação que se lhe seguiu representada pela questão da Casa Portuguesa!”³².

2.3. Casas Portuguesas na aurora da constituição estado-novista

A confirmação dos paralelos estabelecidos entre Raul Lino e Sidónio Pais, é intersetada em com o fatídico acontecimento de 14 de Dezembro de 1918, na Estação do Rossio, que culminou na morte prematura do Presidente-Rei, tal como o designou Fernando Pessoa em elogio-fúnebre –A premonição de um novo ciclo cultural e político que envolverá a Europa do rescaldo do I Grande Guerra, permanecerá, contudo, sobre a mesa.

²⁸ SAMARA, M. A. - **Sidónio Pais**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 78.

²⁹ RAMOS, R. (coord.) - **História de Portugal**. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009. p 608.

³⁰ Ibid, p. 74.

³¹ Ibid, p. 74.

³² Ibid, p. 74.

É neste contexto que antecipatório de um *Rappel à l'ordre*, com alguns anos de antecedência em relação ao livro homónimo de Jean Cocteau (publicado em 1926, e incluindo a palestra *D'un ordre considéré comme une anarchie*, datada de 1923), que o livro de Lino *A Nossa Casa* deve ser lido.

Não obstante o curto período sidonista, representa um sinal aparentemente insignificante das experiências cesaristas que viriam a suceder-se na Europa de entre-guerras³³: em 1919, com o almirante Horthy (1868-1957) na Hungria e com o czar Boris III (1894-1943) na Bulgária; em 1920, com o marechal Pilsudski (1867-1935) na Polónia; em 1922, com Mussolini (1883-1945) na Itália; em 1923, com Primo de Rivera (1870-1930) em Espanha; em 1926, com Pangalos (1878-1952) na Grécia; em 1928, com o rei Alexandre I (1888-1934), na Jugoslávia; em 1930, com o rei Carlos II (1893-1939). Por fim, numa sequência comparável à da queda de uma fila de peças dominó: em 1933, 34, 35 e 36, respetivamente, com Hitler (1889-1945) na Alemanha, com Dolfuss (1892-1934) na Áustria, com Metaxás (1871-1941) na Grécia, com Franco (1892-1975) em Espanha. Mais do que estes exemplos internacionais, parece evidente que o golpe sidonista de Dezembro de 1917 prenunciou e inspirou aquele que foi depois conduzido por Gomes da Costa em Maio de 1926. A ditadura emergente deste golpe – designada como ‘militar’ até 1928 e como ‘nacional’ desde aí, até 1933 – demorou a encontrar um ditador em Salazar, mas quando o encontrou fê-lo definitivamente.

O ano de 1933 marca mais uma das fascinantes sincronias da biografia de Lino, pois que corresponde tanto à publicação do seu livro intitulado *Casas Portuguesas* como ao plebiscito com que Salazar fez aprovar o texto constitucional que instituiu o Estado Novo. A doutrina que a Constituição de 1933 preconizava para o Estado Novo assentava em três pilares principais³⁴: autoritarismo, corporativismo e colonialismo. Através do autoritarismo, o regime advogava uma "nova" ordem política e judicial, baseada na autoridade do Estado e na total subordinação ao poder executivo. Com corporativismo, o Estado Novo preconizava um "novo" pacto económico, subordinado ao "interesse nacional" – ou seja, ao interesse do Estado –, no qual as forças do capital e do trabalho deviam participar de um modo não antagónico. Já para a sua forma colonialismo, o regime desenhou um “novo” quadro de relações entre os territórios coloniais e o Estado central, as quais o definiam como o único controlador das atividades e das iniciativas administrativas, económicas e comerciais nos territórios sob domínio português. Os objetivos do colonialismo de Salazar – incrementar a riqueza interna e a relevância externa – eram, por isso e em muitos pontos, equiparáveis aos do fim da monarquia e aos da Primeira República. A diferença residia no papel centralizador atribuído ao Estado.

No entanto, os três pilares do Estado Novo tinham apenas uma base, e essa era a do nacionalismo, através do qual, o regime pretendeu reinventar Portugal como uma pátria homogénea e fraterna – nascida e mantida ao longo dos séculos, independentemente das contingências históricas – cuja coesão seria o fruto da força de vontade e do esforço de sucessivas gerações, de todas as camadas e origens sociais. Para o Estado Novo, a nação

³³ Cf. ROSAS, F. - **O Estado Novo nos anos trinta 1928-1938**. Lisboa: Estampa, 1996. p. 13.

³⁴ Cf. OLIVEIRA, César. 1992. “Da construção do Estado Novo à Segunda Guerra Mundial”, em SERRÃO, JOEL e OLIVEIRA MARQUES, A. H e ROSAS, F. [ed.]. **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1992, Vols. XII Portugal e o Estado Novo (1930- 1960). p.27.

portuguesa seria o resultante deste pacto, mantido para lá de quaisquer conflitos ou divisões temporárias, e a sua coesão moral exigia a correspondente coerência narrativa e mítica. Neste contexto, o nacionalismo foi um dos instrumentos de validação moral e social da doutrina política e da construção jurídico-institucional do salazarismo, a cuja fabricação fornecia, simultaneamente, um sistema coeso de representação e uma expressão simbólica³⁵. – a patentear também nas manifestações culturais, em que se incluíam os da arquitetura e do desenho urbano. Referindo-se a esse nacionalismo do regime, a que chama “a sua grande ideia”, Ramos do Ó³⁶ resumiu assim a situação:

Nos alvares dos anos trinta, o regime propunha já mobilizar-se para fazer viver a sua grande ideia. Tratar-se-ia – de imediato o adivinhamos – de conseguir *institucionalizar a portugalidade*. Estava descoberta uma fonte inesgotável [itálicos no original].

A correspondência direta entre a orientação ideológica e as diversas formas de nacionalismo cultural nortearão a ação estado-novista, que numa faceta relevante da sua ação se apropriará da obra e do pensamento de Lino adotando-os como base de orientação do regime. No entanto, qualquer leitura hodierna de *Casas Portuguesas* – necessariamente revisionista – vê-se obrigada a ultrapassar o que de receituário lexical existe nessa obra, para nela descobrir uma urgência de higienização da habitação nacional – urgência eminente moderna, racional e razoável. Por outras palavras, a nossa leitura tem que ignorar por instantes as inegáveis dimensões mito-poéticas do texto de Lino e atentar nas patentes preocupações do autor: desde logo, “a luz”, mas também o “ar”, o “isolamento”, a “comodidade”, a “solidez”. Se é certo que a estes valores Lino acrescentou outros menos tangíveis, como a “naturalidade”, a “verdade”, a “harmonia” e o “amor”, não é menos certo que estes foram também advogados por diversos arquitetos do Movimento Moderno.

3. Tangências entre Raul Lino e Cassiano Branco

3.1 Raul Lino e a 3ª série da revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*

A relevância do pensamento de Raul Lino no período do Estado Novo é contrastante com a sua participação em periódicos especializados da época. Lino não utilizou a imprensa de arquitetura para dar corpo às suas inquietações, a sua extensa e instigante bibliografia foi essencialmente materializada na forma livro, de ensaio crítico, ou de parecer, enquanto técnico da Direção Geral dos Monumentos Nacionais. A participação pública de Raul Lino, será de maior regularidade entre as décadas de 1950 e 1960, assinando com assiduidade intervenções no Diário de Notícias.

O pensamento de Raul Lino decorrerá em pano de fundo, orientando de modo distanciado, mas ativo, os destinos da produção arquitetónica que, de modo pioneiro, incorporará as lógicas construtivas que derivam do uso do betão armado, logo no início do ciclo estado-novista na década de 1930. A ascendência de Lino na geração que José Augusto França denominou de pioneira – Pardal Monteiro (1897-1957), Cristino da

³⁵ RAMOS DO Ó, José. - ‘Salazarismo e Cultura’ in Rosas, F. *Nova História de Portugal*, v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 391-394.

³⁶ Ibid, p. 394.

Silva (1896-1976), Jorge Segurado (1898-1990), Cottinelli Telmo (1897-1948), Carlos Ramos (1897-1969) ou Cassiano Branco (1897-1970) – embora não evidente, está presente e com maior evidência em Cassiano, considerado como o mais talentoso arquiteto da geração que adquire protagonismo após a Revolução de 1926 e da consequente promulgação da ditadura militar de onde germinará o Estado Novo.

A 3ª série da revista *A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, é a publicação mais regular das décadas de 1930 e 1940³⁷, periódico que se funda a partir da admiração do mestre das casas marroquinas. A revista, resultou da aquisição, em Abril de 1935, da Revista *A Architectura Portuguesa*, fundada em 1908 por Nunes Colares, pela Editora Frace Ld.^a, proprietária da revista *Cerâmica e Edificação*, fundada em 1933 por Júlio Martins. A linha editorial da nova publicação resultou de uma espécie de compilação das suas predecessoras, uma vez que, tal como considerava Júlio Martins, ambas se ocupavam “dos mesmos assuntos, e tinham, dum modo geral, os mesmos objetivos. Por isso se uniram, passando a publicar-se juntas para serem mais fortes, para servirem e honrarem mais e melhor a arte architectónica, a técnica da edificação, e a indústria da cerâmica”³⁸. Existindo, contudo, diferenças entre ambas: a *Arquitetura Portuguesa* era uma revista especializada e de orientação disciplinar, enquanto que, por outro lado, a *Cerâmica e Edificação*, embora tocando em temas arquitetónicos, encontrava na indústria da cerâmica os argumentos principais da sua existência.³⁹

Júlio Martins, proprietário da Cerâmica Lusitânia, ainda como fundador da Cerâmica e Edificação, convidara, logo em junho de 1933 o jovem advogado e dramaturgo, Thomaz Ribeiro Colaço (1899-1965) para integrar o seu projeto editorial, o qual procurava elevar a importância de ancestral tecnologia cerâmica, no quadro nos novos desafios da modernidade. A decisão de Martins, muito se deveu ao impulso que sentiu após assistir, no teatro Nacional, à peça *D. Quixote - Rei de Portugal: Obra com quatro Prefácios, Três Capítulos, Numerosas Notas e Muitas Mais Virtudes*, resultante de um texto do jovem dramaturgo. Colaço, para além de filho do famoso pintor de azulejaria Jorge Colaço, e da poetisa e escritora Branca de Gonta Colaço, era neto do escritor Tomás Ribeiro e sobrinho/neto do pianista Alexandre Rey Colaço, sendo que a origem social e a acutilância literária lhe conferiam argumentos únicos e o posicionavam num patamar destacado para contribuir para o prestígio da indústria cerâmica. A direção partilhada de Júlio Martins e Thomaz Ribeiro Colaço irá perdurar após a fusão dos periódicos, até 1945.

A sensibilidade de Colaço para a arquitetura resultava da sua admiração por Raul Lino com quem se relacionava pela via familiar. Lino, havia desenhado, não só a já referida

³⁷ Outros periódicos desta época são a 1ª série da Revista *Arquitetura*, com produção mensal irregular entre 1927 e 1935; e a *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, com uma produção trimestral, entre 1938 e 1942. A 3ª série da *A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, está compreendida entre 1935 e 1951.

³⁸ MARTINS, Júlio - “Prosseguindo”, em *A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)* 3ª série, abril, 1935. p.1.

³⁹ Cf. PINTO, Paulo Tormenta - “A Revista A Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas) 1935-1945 – Palco de Artigos sobre as Exposições do Mundo Colonial Português” em *Palcos da Arquitetura*. Lisboa: FAUTL, 2012.

Casa Monsalvat (1901), para o seu tio-avô, Alexandre Rey Colaço, mas também, no conjunto das casas do Monte do Estoril, a Villa Tanger (1903) para o seu próprio pai.

Os vários editoriais de Thomaz Ribeiro Colaço, mais do que espaços de promoção da indústria cerâmica, constituíam-se como plataforma de reflexão ideológica de expressão conservadora. Tal como para Raul Lino, também para Colaço, havia uma correspondência entre as ‘boas maneiras’⁴⁰ associadas à conduta da elite social e a expressão da arquitetura e da cidade. Esta base era suportada numa convicção glorificante da importância nacional, promovida através de um discurso exaltação das qualidades do estereótipo arquitetónico português. No primeiro editorial que escreve na *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, em junho de 1935, elabora um texto intitulado “Elogio a Lisboa antiga”⁴¹ referindo a iniciativa de Matos Sequeira de construir 52 edificações que “representa[vam] miniaturalmente a formosura de Lisboaeta”. Segundo Ribeiro Colaço, bastava a “aquela meia dúzia de coisas que por toda a parte se encontram” em Lisboa para expressar a beleza que “nos prende [apenas] porque é nossa”, e isso bastava, não sendo necessário acrescentar a esta construção cenográfica quaisquer “mecanismos agitantes de um Luna Parque, seduções tentadoras de perna ao léu, penumbras gritadas de cinema, voragens de jogo, desgosto ou prazer”, bastava a “grande verdade” presente na sugestão daquele casario de ilusão. Em oposição à virtude de Lisboa antiga Colaço refletia sobre a obra moderna, a qual emprestava à cidade “um cunho amorfo, estrangeirado, ou sem pátria, (...) Lisboa moderna desportuguesa-se, não para ser deste ou daquele estrangeirismo, mas para não ser de coisa nenhuma”, seria, segundo Colaço, fundamental que procurássemos “uma ficção portuguesa, implacavelmente portuguesa, dentro da qual os aperfeiçoamentos do moderno fossem conquistas (...), e não anexações formais”.

O conservadorismo de Ribeiro Colaço contrasta com os constantes elogios que a revista formulava à obra mais arrojada de Cassiano Branco. Aquele que se considerava como o mais talentoso da geração dos ‘pioneiros’, foi o arquiteto que mais vezes foi publicado na revista de Martins e Colaço. Para tal, muito contribuiu o facto de entre 1934 e 1935 ter projetado a casa de Júlio Martins na Avenida Óscar Monteiro Torres n.º 28 a 32, a norte dos terrenos da Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia, propriedade daquele industrial. Para além dos projetos mais ousados de Cassiano Branco, na sua maioria publicados em junho de 1937 (Plano de Urbanização da Costa da Caparica e o Victoria-Hotel, para a Avenida da Liberdade em Lisboa, os monumentos ao Infante D. Henrique em Sagres e aos Mortos da Grande Guerra para Santa Comba Dão, o Eden-Teatro para Lisboa e o Teatro Passos Manuel para o Porto, os projetos de embelezamento das barragens de Santa Catarina, Idanha-a-Nova e Vale do Gaio, bem como a estação terminal dos Caminhos de Ferro de Benguela no Lobito, e ainda os edifícios: gaveto da Rua Castilho com a Rua Joaquim António de Aguiar e Avenida Álvares Cabral), a revista foi sublinhando uma faceta mais conservadora de Cassiano. A publicação do Grande Hotel das Termas do Luso, em maio de 1938, ou de várias casas em “estilo tradicional português”, publicadas em fevereiro e março de 1939, davam

⁴⁰ Cf. LINO, Raul - “Maneiras” em **Diário de Notícias** de 30 Janeiro, 1950.

⁴¹ COLAÇO, Thomaz Ribeiro - “Elogio a Lisboa Antiga” em **A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)**, 3ª série, nº 3 de Junho, 1935.

suporte a esta tese, colocando em evidência a “harmonia de linhas bastante amável, e um forte ‘portuguesismo’ sempre consolador”

3.2. Casas Portuguesas e o Portugal dos Pequenitos

A aproximação entre Cassiano Branco e Raul Lino, é mais intensa no final da década de 1930, no momento em que o primeiro inicia o projeto para o Ninho dos Pequenitos de Santa Clara, mais tarde denominado de Portugal dos Pequenitos, a convite de prestigiado médico, filantropo e governante da Província da Beira Litoral, Fernando Bissaya Barreto (1886-1974).

A iniciativa de construção de um parque didático para as crianças em Coimbra, surge no decurso da afirmação da região da Beira Litoral (centro do país) no contexto das Comemorações Centenárias da nação portuguesa realizadas em 1940.

A iniciativa de Bissaya Barreto pressupunha um ajustamento à escala das crianças dos modelos de matriz nacional a edificar no recinto, o qual ganharia o estatuto de primeiro parque temático português dedicado aos pequenitos. Funcionando como um livro aberto sobre história e o território nacional, o parque contribuía para a preservação cultural da identidade nacional e para o resguardo das verdades monumentais, que assim ficariam protegidas e defendidas dos “malefícios” dos movimentos modernizantes e destruidores das identidades nacionais.

Na mesma época em que Bissaya Barreto e Cassiano Branco preparavam o parque de Santa Clara, Raul Lino estava a braços com um programa semelhante, embora sem as mesmas ambições pedagógicas que o ideólogo das Beiras havia depositado no Ninho dos Pequenitos de Coimbra. Tratava-se de um conjunto de intervenções que produziu na década de 1930 para o Jardim Zoológico de Lisboa. São de 1938 os desenhos e a construção de uma área denominada “Jardim Zoológico das Crianças”, prevista para o limite nascente do parque de Palhavã, a sul do palácio do Conde de Farrobo. Raul Lino desenhava em Lisboa um troço de cidade em miniatura, dispondo aí casas inspiradas no seu próprio reportório (denominadas nos desenhos de casa para alugar), um palácio dos Fidalguinhos, juntamente com alguns equipamentos de apoio, como uma biblioteca infantil, um canal de água, um parque infantil com escorrega e baloiço e um coreto.⁴²

As ilustrações publicadas por Raul Lino em anexo no seu livro *Casas Portuguesas – Alguns Aparentamentos sobre o Arquectar de Casas Simples*, emolduravam o imaginário de uma taxonomia de casas identificadas na esteira de uma estratificação geográfica do país – a Casita à Beira Mar, a Casa do Caramulo, a Casa na Estremadura. Em *Quinas Vivas*, José António Bandeirinha explora esta as relações, nomeadamente entre a primeira fase do parque desenhado por Cassiano Branco para Santa Clara e os desenhos que povoavam o imaginário de Lino.

A inauguração do Ninho dos Pequenitos de Santa Clara ocorreu em 8 de Junho de 1940, e foi integrada nas Comemorações Centenárias da Fundação de Portugal, presididas

⁴² Cf. PINTO, Paulo Tormenta - *Cassiano Branco 1897-1970- Arquitectura e Artíficio*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

pelo ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco (1887-1957) em representação do Chefe de Estado, que na cidade de Coimbra prestou homenagem ao primeiro Rei de Portugal, Dom Afonso Henriques, cujo o túmulo se encontra no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Nesta primeira fase, encontrava-se apenas construída a denominada “Aldeia do Ninho dos Pequenitos” dedicada às Casas Regionais.

A reprodução desta “Aldeia” era estruturada em torno de uma “pracita” que, ao fazer de adro do Mosteiro, agregava as casas da Nazaré, do Alentejo, do Douro e do Minho em torno da estátua do “Conquistador”. Estruturava também a Aldeia um redondel com uma fonte ao centro para onde convergiam: uma capela e um conjunto de casas, como a do Reitor, do Caramulo, da Beira Baixa (casa de Buarcos), de Aveiro, do Ribatejo e uma casa Estremenha, envolvendo esta estrutura dispunham-se em segundo plano outros modelos de casas como a do Algarve, o solar da Beira, ou a casa Saloia, havia ainda uma nascente que, originando um “rio”, desaguava num “mar” onde se dispunha um arquipélago, uma doca e um porto. Nesta primeira fase foi ainda prevista uma Serra com Dólmens, as Minas de Carvão e Ferro (evocando as minas do Cabo Mondego), um *basse cour* com animais domésticos (ovelha, coelho, pato, pombo, galo, cabra e porco) entre outros elementos compositivos, com destaque para a estátua equestre de D. Afonso Henriques que, em conjunto com pequenos elementos, como o pelourinho, o aqueduto a nora, a gaivota, dispostos nos vários sectores da Aldeia, contribuíam para um cenário de diversidade característico da paisagem portuguesa.⁴³

O Ninho dos Pequenitos de Santa Clara, evoluiu em etapas sucessivas (Secção Etnográfica Colonial” e Secção Metropolitana), estendendo-se a sua construção até 1962. A pesquisa que Cassiano Branco realizou metodicamente ao longo do país como suporte para os vários projetos que realizou para a Coimbra, formatou não só o seu pensamento, como a sua consciência sobre a orientação identitária e nacionalista subjacente ao projeto estado-novista. Os modelos experimentados em Santa Clara, contribuíram para a definição de um vocabulário que Cassiano Branco usará em edifícios e programas para lá do “laboratório” de Coimbra – veja-se em Lisboa os casos da Avenida António Augusto de Aguiar n.ºs 19, 21 e 25 (1944-1947), Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 25 (1948), Praça de Londres (1951) e Rua dos Navegantes n.º 53 (1957).

A relação de Cassiano Branco e Raul Lino, irá usufruir de última tangência, em outubro 1965, aquando do concurso para reposição o “Concurso Público para a Elaboração de um Projeto de Remodelação de Fachada do Edifício Ocupado pela Agência do Banco de Portugal em Évora”. O programa de do concurso visava a remodelação do edifício, projetado por Adães Bermudes para a sede do Banco de Portugal no topo da Praça do Giraldo, reintegrado a sua imagem tendo em conta uma construção manuelina que remontava a 1513-1516 erigida para acolher os Paços do Concelho.

O concurso era organizado pela Direção Geral dos Monumentos Nacionais, sendo o júri presidido por Raul Lino. No programa do concurso podia ler-se que na “remodelação [da fachada não se visava] a simulação do antigo, em qualquer estilo, ou a criação de

⁴³ Cf. PINTO, Paulo Tormenta - **Cassiano Branco 1897-1970- Arquitectura e Artíficio**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

obra cenográfica, mas encontrar uma solução que [proporcionasse] a harmonia do edifício, na feitura e no gosto, com os aspetos urbanos que o cercam”. Atendendo ao paradoxo do desafio, a proposta de Cassiano Branco compreendia uma alteração da fachada do edifício existente convertendo-o numa espécie de fortim manuelino. Ao nível do piso térreo contrafortes eram intercalados com arcos ogivais, dispostos no alinhamento das janelas do piso superior recortadas ao gosto manuelino. No coroamento do volume era disposto um friso de ameias ladeado por duas “torrinhas”, que reforçavam a simetria do conjunto. Para Cassiano Branco não seria possível responder aos anseios do concurso sem entrar no tema da simulação cenográfica e na reconstrução da fachada em estilo gótico, reposicionando o edifício no seu tempo original.⁴⁴

Na sua memória descritiva refere:

Ora sendo [Évora] uma cidade velhíssima e a obra em projecto moderna, não se vê como fugir à simulação do antigo, em qualquer estilo’, nem como conseguir ‘a harmonia do edifício, na feitura e no gosto, com os aspectos que cercam, a não ser inspirando-se nos elementos arquitectónicos que subsistem na cidade e lhe conferem o carácter histórico especial que impõem a modificação da actual fachada.⁴⁵



Figura 1 - Cassiano Branco: Fotomontagem da proposta referente nova fachada para o edifício do Banco de Portugal, em Évora. [Espólio de Cassiano Branco, Arquivo Municipal de Lisboa/PT/AMLSB/CB/03/04/34]

⁴⁴ Ibid

⁴⁵ BRANCO, Cassiano “Memória Descritiva para o Concurso Público para a Elaboração de um Projecto de Remodelação de Fachadas do Edifício Ocupado pela Agência de Banco de Portugal em Évora”, documento existente no espólio Cassiano Branco da Câmara Municipal de Lisboa, 1965.

4. Epílogo

Raul Lino (1879-1974) teve uma vida longa de 95 anos, nascendo duas décadas antes da geração dos arquitetos pioneiros da qual Cassiano Branco fazia parte (1897-1970). Viria a falecer no mesmo ano da Revolução dos cravos que depusera o regime do Estado Novo.

Por puro acaso [ou não] os seus contributos teóricos e o seu percurso de arquiteto, acertam-se com alguns dos mais transformadores momentos da situação política em Portugal - a ida para Inglaterra no mesmo ano do *Ultimatum* (1890), o lançamento de *A Nossa Casa* no fugaz período sidonista (1918), antecede a obra *Casas Portuguesas* no mesmo ano da constituição que promulga o Estado Novo (1933). Lino soube impor a sua matriz, permanecendo imune ao deslumbramento tecnológico dos novos materiais como o betão armado, qual timoneiro de uma disciplina pautada por princípios inabaláveis como o ‘encantamento’, ou ‘as boas maneiras’⁴⁶.

O pensamento de Raul Lino é basilar para a formulação teórica sobre arquitetura em Portugal no quadro da primeira metade do século XX, neste sentido, representa um fundamental alicerce de modernidade, tal como considerou Pedro Vieira de Almeida, em 1970, no momento em que organizou a exposição retrospectiva da sua obra na Fundação Calouste Gulbenkian. Lino propunha uma obra de continuidade, uma interpretação ampla da cultura meridional, uma metamorfose do tempo presente cúmplice com passado. Princípios estes que se ajustam ao desejo do povo, sensível a um progresso que mantivesse presente os contornos identitários, oriundos do processo ideológico no qual estava imerso. Neste sentido Raul Lino pretendeu ser o pedagogo “sobre o bom gosto na construção das casas simples”, colocando-se por esta via no limite entre a alta cultura, enquadrada pelo círculo wagneriano, e a simplicidade “imaculada” e “terna” da sabedoria popular.

Foi esta base pedagógica que interessou a Bissaya Barreto e a Cassiano Branco no momento em que imaginaram um parque temático que estimulasse o interesse dos “pequenitos” pelo encanto da paisagem portuguesa, pautada pela singularidade das suas “casas simples” e pela especificidade dos seus monumentos. O Ninho dos Pequenitos de Santa Clara, eternizado como o Portugal dos Pequenitos, mais do que como “um livro aberto” sobre a arquitetura de portuguesa, foi pensado como um “laboratório”, que ao preservar taxonomicamente os estereótipos da arquitetura nacional, também ensaiava uma possibilidade de harmonização do território e da paisagem em resiliência à uniformização subjacente à modernidade. A base de Raul Lino, foi usada em paralelo com a importância do acolhimento, extraída a partir de Johann Pestalozzi (1746-1827), da importância do jogo formulada com base no seu discípulo Friedrich Fröbel (1782-1852) e da liberdade da criança na formulação do seu processo de aprendizagem, enquadrada por Maria Montessori (1870-1952).

O Concurso para a remodelação da fachada do Banco de Portugal em Évora, de 1965, é o último momento que a historiografia conhece, em que Lino e Cassiano se cruzaram. Um fugaz encontro entre duas personagens, protagonistas do mesmo enredo.

⁴⁶ Cf. PEREIRA, Paulo Manta - **Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948)**. Tese de Doutoramento: ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Vieira de - “Raul Lino – Arquiteto moderno,” in **Raul Lino: Exposição retrospectiva da sua Obra**, organização Almeida, Pedro Vieira de; Carvalho, Manuel Rio de; França, José Augusto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AXELSON, E. - **Portugal and the Scramble for Africa**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BANDEIRINHA, José António – “Os Centenários em Lisboa e o Pequenitos de Coimbra” em **Quinas Vivas**. Porto: FAUP – 2ª edição, 1996.

BRANCO, Cassiano “Memória Descritiva para o Concurso Público para a Elaboração de um Projecto de Remodelação de Fachadas do Edifício Ocupado pela Agência de Banco de Portugal em Évora”, documento existente no espólio Cassiano Branco da Câmara Municipal de Lisboa, 1965.

CLARENCE-SMITH, G. - **The Third Portuguese Empire 1825-1975: A Study in Economic Imperialism**. Manchester: Manchester University Press, 1985.

COELHO, M. T. P. - **Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular**. Lisboa: Cosmos, 1996.

COLAÇO, Thomaz Ribeiro - “Elogio a Lisboa Antiga” em **A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)**, 3ª série, nº 3 de Junho, 1935.

DIONÍSIO, E. - “A vida cultural durante a República” in Medina, J. - **História Contemporânea de Portugal**, v. Primeira República (Tomo II). S/l: Editora Multilar, 1990.

FIGUEIREDO, R - **Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)**. Lisboa: Colibri, IHA – FCSH-UNL, 2007.

FRANÇA, José-Augusto “Raul Lino – Arquitecto da Geração de 90” em **Raul Lino: Exposição retrospectiva da sua Obra**, organização Almeida, Pedro Vieira de; Carvalho, Manuel Rio de; França, José Augusto; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

FRANÇA, José-Augusto - “Raul Lino Relido.” **Diário de Lisboa** de 26 de novembro, 1970.

FRANÇA, José-Augusto - **A Arte em Portugal no Século XX**. Lisboa: Bertrand, 1974.

GASSET, José Ortega y - **A Rebelião das Massas**, tradução de Artur Guerra. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.

HAUPT, Karl Albrecht - **A Arquitectura do Renascimento em Portugal: do tempo de D. Manuel o Venturoso, até ao fim do domínio Espanhol**, Introdução de M. C. Mendes Atanásio, tradução de Margarida Morgado. Lisboa: Presença, 1986. [or. ed. Frankfurt: Henrich Keller, 1895]

HAMMOND, R. J. - **Portugal and Africa 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism**. Stanford: Stanford University Press, 1966.

LINO, Raul - **A Nossa Casa: Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples**. Lisboa: Atlântida, 1918.

LINO, Raul - **A Casa Portuguesa**. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929.

LINO, Raul - **Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre a Arquitectura de Casas Simples**. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

LINO, Raul. - “Parecer,” de 30 outubro. Carta. Acessível no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) Biblioteca. Processo pessoal do arquiteto Raul Lino, 1945.

LINO, Raul - “Maneiras” em **Diário de Notícias** de 30 Janeiro, 1950.

LINO, Raul - **Evocação de Alexandre Rey Colaço**. Lisboa: Valentim de Carvalho, Lisboa, 1957.

LINO, Raul - “Arquitectura, Paisagem e a Vida”, in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 1-3, Lisboa, 1957.

LINO, Raul - “Raul Lino visto por ele próprio.” **Vida Mundial**, nº 1589, 1969.

LINO, Raul - “Para o Senhor Arqtº Pedro Vieira de Almeida”, Carta [3 fl]. Acessível na Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte, Espólio Raul Lino. Lisboa: Av. Berna, 1970.

LINO, Raul - “O Romantismo e a «Casa Portuguesa»”, em **Estética do Romantismo em Portugal: Primeiro colóquio, 1970**. Lisboa: Grémio Literário, 1974.

MARTINS, Júlio - “Prosseguindo”, em **A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)** 3ª série, abril, 1935.

NOWELL, C. E. - **The Rose-Colored Map: Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean**. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982.

OLIVEIRA, César - “Da construção do Estado Novo à Segunda Guerra Mundial”, em SERRÃO, JOEL e OLIVEIRA MARQUES, A. H e ROSAS, F. [ed.]. **Nova História de**

Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1992, Vols. XII Portugal e o Estado Novo (1930-1960).

PEREIRA, Paulo Manta - **Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948)**. Tese de Doutoramento: ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

PEVSNER, Nikolaus - **Os Pioneiros do Desenho Moderno: Uma história do desenho aplicado e das modernas tendências da arquitetura desde William Morris a Walter Gropius**, Tradução de J. P. Monteiro. Lisboa: Rio de Janeiro, Ulisseia, 1962 [or. ed., London, 1936]

PESSANHA, D. José - “Raul Lino.” **A Construção Moderna**, nº 56, 1902.

PINTO, Paulo Tormenta - “A Revista A Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas) 1935-1945 – Palco de Artigos sobre as Exposições do Mundo Colonial Português” em **Palcos da Arquitetura**. Lisboa: FAUTL, 2012.

PINTO, Paulo Tormenta - **Cassiano Branco 1897-1970- Architectura e Artificio**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

RAMOS DO Ó, José. - ‘Salazarismo e Cultura’ in Rosas, F. **Nova História de Portugal**, v XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

RAMOS, R. (coord.) - **História de Portugal**. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

RAMOS, R. J. G. - **A Casa: Architectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português**. Porto: FAUP Publicações, 2010.

ROSAS, F. - **O Estado Novo nos anos trinta 1928-1938**. Lisboa: Estampa, 1996.

ROSAS, F. - **Dicionário de história do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand, 1996.

ROSAS, F. - **História a História: África**. Lisboa: Tinta da China, 2018.

SAMARA, M. A. - **Sidónio Pais**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

SÉRGIO, António - **Breve interpretação da história de Portugal**, 11.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988. [ed. or., Zaragoza, 1929]

SCOTT, Mackay Hugh Baillie - **Houses and Gardens: Arts and Crafts interiors**. 3.^a ed., Suffolk: Antique Collector’s Club, 2004. [or. ed. London: George Newnes, 1906]

THIESSE, A.-M. - **La Création des identités nationales Europe, XVIIIe-XXe siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THIESSE, A.-M. - 'National Identities: A Transnational Paradigm' in Dieckhoff and Jaffrelot (Eds.) **Revisiting Nationalism – Theories and Processes**. Paris: Center for International Studies, 2005.